



SEÇÃO TEMÁTICA



Questões de gênero e desafios enfrentados por mulheres policiais militares no Brasil: uma revisão integrativa da literatura

Marizangela Lissandra de Oliveira, *Universidade Federal do Ceará (UFC)*

Renata Adele de Lima Nunes, *Perícia Forense do Ceará (PEFOCE)*

Francisco Thiago Carneiro Sena, *Polícia Militar do Ceará (PMCE)*

Ivanise Freitas da Silva, *Universidade Federal do Ceará (UFC)*

Raimunda Hermelinda Maia Macena, *Universidade Federal do Ceará (UFC)*

Resumo. O objetivo do estudo foi identificar os desafios enfrentados por mulheres policiais militares, pautados na questão de gênero, por meio de uma revisão integrativa da literatura. Estruturada nas recomendações PRISMA, seguiu os sete passos da Revisão Bibliográfica utilizando a ferramenta *State of the Art through Systematic Review* (StArt). A busca foi realizada em cinco bases de dados, sendo a amostra composta de onze estudos. Os principais achados foram analisados de forma qualitativa, sendo reunidos em categorias temáticas. Dentre os desafios enfrentados por mulheres policiais militares no Brasil estão a tentativa de superar as diferenças físicas; o binarismo de gênero presente numa sociedade patriarcal; e a discriminação e violência de gênero ocorrida dentro da corporação. Os estudos demonstram que há muito a percorrer na seara da igualdade entre os gêneros na Polícia Militar. As dificuldades observadas refletem como a sociedade lida com as conquistas das mulheres, sobretudo na ocupação de espaços antes ocupados apenas por homens.

PALAVRAS-CHAVE: Binarismo de Gênero. Violência de Gênero. Equidade de Gênero. Polícia. Militares.



Introdução

O conceito de gênero diz respeito a construções sociais e culturais acerca das significações sobre papéis de homens e mulheres, evidenciando diferenças que definem e significam os papéis sexuais destinados a cada um deles na sociedade (SANTOS; FACHINETTO; TEIXEIRA, 2012). As atividades existentes na vida social são divididas entre os indivíduos tomando como referência, entre outros aspectos, a diferença sexual, fazendo com que homens e mulheres assumam atividades distintas de acordo com as suas especificidades biológicas, as quais representariam, também, diferenças de qualidades, habilidades e características que ambos carregariam naturalmente em seus corpos. O ingresso de mulheres em profissões, cargos e espaços de trabalho antes ocupados apenas por homens abre a possibilidade de questionamentos sobre a validade de um modelo de divisão sexual do trabalho calcado em habilidades ditas naturais (DANIEL, 2011).

A história da autoconstrução de uma identidade para a Polícia Militar (PM) no Brasil é caracterizada pela construção de uma honra identificadora do militar e da instituição vinculada às virtudes de guerreiros oficiais, reproduzindo um padrão de masculinidade que constitui o ideal institucional. Nesse sentido, a presença do sexo feminino representa o rompimento com a ordem estabelecida pela tradição (SCHACTAE, 2013).

As agências policiais, principalmente as militares, são predominantemente compostas por homens (COSTA; MATTOS; SANTOS, 2012), havendo permanência da construção simbólica de domínio de masculinidade que constitui um indício de reprodução das diferenças de gênero que subordinam o feminino ao masculino e definem os espaços dos homens e das mulheres nas instituições (SCHACTAE, 2013).

No meio policial, a exigência de vigor físico, a exposição ao risco e as jornadas de trabalho nas ruas têm sido socialmente reconhecidas como atividades indicadas para homens (SCHACTAE, 2013). No entanto, as novas situações que se apresentam no mundo contemporâneo têm demandado do trabalho policial novas habilidades que vão para além da força física, como inteligência, capacidade de resolução de conflitos, trabalho em equipe e inovação, fazendo com que a redução de situações potencialmente violentas e conflituosas, assim como o atendimento a coletivos que exigem tratamentos diferenciados, tenham se apresentado



como fatores que levaram a mudanças na estrutura policial brasileira, caracterizada pela abertura à participação feminina (CALAZANS, 2004).

Desse modo, a inserção das mulheres nas instituições policiais tem se dado em um contexto marcado, sobretudo, pela necessidade de instituir uma nova forma de fazer, condizente com uma sociedade democrática que está se estabelecendo, apesar de as discriminações de gênero configurarem como obstáculos à carreira profissional das mulheres nas instituições de segurança pública (SANTOS; FACHINETTO; TEIXEIRA, 2012). Romper com esse modelo discriminatório nas forças policiais faz-se necessário, visto que as condições do ambiente laboral repercutem diretamente na saúde dos trabalhadores da segurança pública, podendo colocar em risco suas próprias vidas ou as de terceiros no desempenho de suas funções (SOUSA; BARROSO; RIBEIRO, 2022).

Ante o exposto, este estudo teve como objetivo identificar os desafios enfrentados por mulheres policiais militares (PMs) no Brasil, pautados na questão de gênero, por meio de uma revisão integrativa da literatura.

Método

Trata de uma revisão integrativa da literatura estruturada nas recomendações PRISMA (GALVÃO; PANSANI; HARRAD, 2015) a respeito dos desafios enfrentados por mulheres PMs, pautados na questão de gênero, evidenciando a vivência e as dificuldades encontradas por aquelas mulheres atuantes em um segmento predominantemente masculino. A revisão integrativa é um tipo de revisão sistemática, visto que segue uma metodologia planejada, sendo realizada por meio de métodos claros e reprodutíveis a partir de sete passos: 1. Formulação da pergunta; 2. Localização dos estudos; 3. Avaliação crítica dos estudos; 4. Coleta de dados; 5. Análise e apresentação dos dados; 6. Interpretação dos dados; 7. Aprimoramento e atualização da revisão (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011; ÂNIMA, 2014). Ela permite integrar opiniões, conceitos ou ideias, sintetizando o conhecimento obtido dos resultados de pesquisas anteriores sobre determinada temática (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011).

Com o objetivo de sistematizar a execução das etapas de planejamento, execução e sumarização da revisão, foi utilizada a ferramenta *State of the Art through Systematic Review* (StArt) (LAPES,



2013), que auxilia pesquisadores a conduzirem revisões sistemáticas, melhorando sua qualidade e os mapeamentos sistemáticos conduzidos (UFSCAR, 2022). A pergunta de pesquisa foi estruturada utilizando a estratégia PICO – População (mulheres PMs), Fenômeno de interesse (desafios enfrentados, pautados na questão de gênero) e Contexto (atuação profissional na PM) (BRUN; ZUGE, 2015). Desse modo, a pergunta norteadora deste estudo foi: Quais são os desafios enfrentados por mulheres PMs no Brasil na sua atuação profissional, pautados na questão de gênero, encontrados na literatura?

A busca e identificação dos estudos foi realizada em fevereiro de 2022, sendo captados aqueles disponíveis nas bases de dados científicas da área e portais de busca de artigos, teses, dissertações e periódicos. Foram consultadas as seguintes bases: *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Base de Dados em Enfermagem (BDENF) e Index Psicologia – Periódicos, no Portal Regional da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS Regional), assim como a *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO). Este processo foi realizado por meio de buscas formadas por palavras-chaves, com a utilização da combinação de descritores e operadores booleanos conforme quadro 1, além da utilização de filtro referente ao intervalo de publicação nos últimos 10 anos. Durante o procedimento de recuperação das informações, foram consideradas as strings encontradas preferencialmente em Títulos, Resumos e Palavras-Chaves.

Quadro 1: Base de dados, estratégia de busca e referências

Base	Estratégia de Busca	Referências recuperadas	Referências duplicadas	Referências rastreadas
SciELO	(Women OR Woman OR Mulheres OR Gênero OR Gender) AND (Police OR Polícia OR Police officers OR Policiais) AND (Military personnel OR Military OR Militares)	24	12	12
MEDLINE	("Women" OR "Woman" OR "Mulheres" OR "Gênero" OR "Gender") AND ("Police" OR "Polícia" OR "Police officers" OR "Policiais") AND ("Military personnel" OR "Military" OR "Militares")	145	4	141
LILACS		37	4	33
BDENF		6	-	6
Index Psicologia - Periódicos		10	9	1
Total		222	29	193

Fonte: Elaboração própria



Cada busca foi exportada para uma pasta no computador e, posteriormente, importada pela ferramenta StArt. Foram identificados, inicialmente, 222 estudos, dos quais 29 eram duplicados, restando 193 trabalhos rastreados para a fase de seleção.

A seleção dos estudos elegíveis foi realizada pela leitura dos títulos e resumos de cada trabalho, aplicando critérios de inclusão e exclusão. Foram incluídos estudos publicados e disponíveis integralmente, com acesso livre nas bases de dados, do tipo artigo de estudo primário, idiomas inglês/português, abordando algum dos seguintes aspectos: vivências de mulheres PMs; dificuldades encontradas por mulheres PMs no exercício do seu trabalho; saúde/doença de mulheres PMs; questões de gênero na PM e sua repercussão na vida de mulheres policiais; estudos com PMs apontando diferenças de resultados entre homens e mulheres.

Foram excluídos os trabalhos que tratavam de outra temática; estudos com PMs que não abordavam diferenças entre os gêneros; artigos sobre militares das Forças Armadas; artigos de PMs não brasileiros; trabalhos sem disponibilidade de acesso livre na íntegra; documentos diferentes de artigo (teses, dissertações, relatórios, manuais, protocolos etc.); artigos de revisão, de opinião, relatos de experiência e demais artigos que não constituíam estudos primários; documentos em idiomas diferentes daqueles dos critérios de inclusão.

A seleção foi realizada por um dos autores e conferida por um segundo avaliador. As divergências de classificação foram resolvidas por consenso, restando 19 artigos para leitura na íntegra, após a qual foram novamente avaliados com base nos critérios de inclusão e exclusão, sendo definidos onze artigos incluídos na amostra. A extração das informações para caracterização dos estudos e aquelas capazes de responder à pergunta de pesquisa foi realizada por dois revisores, de forma independente, correspondendo a: autor, ano, local de estudo, idioma, objetivo, desenho do estudo, nível de evidência, participantes, temática de recrutamento do estudo, principais achados e conclusões.

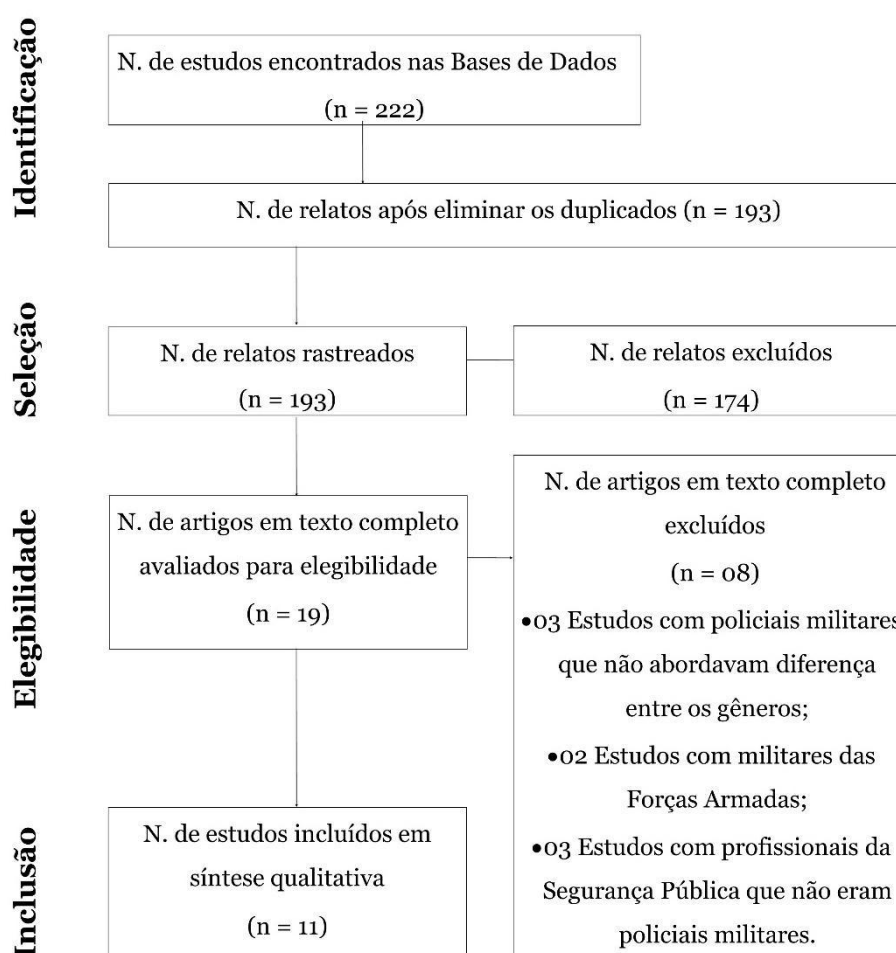
O nível de evidência foi baseado na classificação apresentada por Souza, Silva e Carvalho (2010): Nível 1 - meta-análise de múltiplos estudos clínicos controlados e randomizados; Nível 2 - estudos individuais com delineamento experimental; Nível 3 - estudos quase-experimentais; Nível 4 - estudos descritivos (não-experimentais) ou com abordagem qualitativa; Nível 5- relatos de caso ou de experiência; Nível 6 - opiniões de especialistas.



Resultados

A trajetória de identificação, seleção e inclusão dos artigos seguiu as recomendações PRISMA (GALVÃO; PANSANI; HARRAD, 2015), esquematizada na figura 1.

Figura 1: Fluxograma elaborado de acordo com as recomendações PRISMA para o processo de identificação, seleção e inclusão dos artigos.



Fonte: Elaboração própria

A amostra desta revisão integrativa totalizou 11 artigos, dos quais seis foram encontrados na SciELO (GRIPP; ZALUAR, 2017; LIMA; LIMA; OLIVEIRA; FERREIRA et al., 2018; LOPES; RIBEIRO; SOUZA, 2021; RIBEIRO, 2018; SCHACTAE, 2015; SOUZA, 2020) e cinco na LILACS (BARBOSA; SILVA, 2013; BEZERRA; MINAYO;



CONSTANTINO, 2013; GRISOSKI; SANTIAGO, 2021; JESUS; JESUS, 2012; JESUS; MOTA; JESUS, 2014).

De acordo com as temáticas de recrutamento utilizadas na busca dos estudos, os 11 artigos selecionados foram distribuídos da seguinte forma: três artigos tratavam de diferenças entre homens e mulheres PMs, três abordavam questões de gênero na PM e sua repercussão na vida de mulheres policiais, três relatavam vivência de mulheres PMs, um tratava da saúde / doença de mulheres PMs e um evidenciava dificuldades encontradas por mulheres policiais. Somente um estudo foi publicado na língua inglesa. Quase metade deles (06) teve sua publicação entre os anos de 2017 a 2021. Apenas um estudo foi realizado em nível nacional, três na região Nordeste (Ceará e Bahia), três na região Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais) e quatro na região Sul (Rio Grande do Sul e Paraná).

Com relação à abordagem, seis artigos utilizaram a quantitativa, sendo todos transversais, dos quais quatro eram do tipo observacional e duas pesquisas Survey, apresentando nível de evidência 3. Cinco artigos utilizaram abordagem qualitativa, compostos por uma pesquisa etnográfica, duas documentais e duas com análise temática/discurso, apresentando nível de evidência 4 (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010). No que diz respeito aos participantes, seis foram realizados com PMs de ambos os sexos, dois com mulheres PMs e três não foram realizados diretamente com participantes, por se tratar de estudos etnográfico e documental.

Os dados extraídos foram consolidados no quadro 2.



Quadro 2: Caracterização das publicações quanto ao autor, ano, título, base de dados, local do estudo, idioma, desenho do estudo, nível de evidência, temática de recrutamento e participantes.

ID	Autor/ano	Título	Base	Local/idioma	Desenho do estudo	Nível de evidência (NE)	Temática de recrutamento	Participantes
1	LIMA; LIMA; OLIVEIRA; FERREIRA et al., 2018	Identificação preliminar da síndrome de burnout em policiais militares	SciELO	Maracanaú-CE / Português	Quantitativo, observacional e transversal.	3	Diferenças entre homens e mulheres PMs	80 PMs, 25% mulheres e 75% homens, do serviço ativo na corporação, com idades entre 21 e 46 anos, com mais de um ano de vínculo com a companhia.
2	JESUS; MOTA; JESUS, 2014	Risco cardiovascular em policiais militares de uma cidade de grande porte do Nordeste do Brasil	LILACS	Feira de Santana-BA / Português	Transversal, quantitativo, observacional.	3	Diferenças entre homens e mulheres PMs	316 PMs de Feira de Santana, sendo 79,7% masculino e 20,3% feminino.
3	BARBOSA; SILVA, 2013	Prevalência de fatores de risco cardiovascular em policiais militares	LILACS	04 municípios do RS / Português	Quantitativo, analítico do tipo observacional transversal.	3	Diferenças entre homens e mulheres PMs	112 PMs de ambos os sexos, 87,50% masculino e 12,50% feminino, faixa etária entre 20-54 anos.
4	JESUS; JESUS, 2012	Nível de atividade física e barreiras percebidas para a prática de atividades físicas entre policiais militares	LILACS	Feira de Santana-BA / Português	Estudo de corte transversal. Quantitativo, observacional.	3	Diferenças entre homens e mulheres PMs	316 PMs de ambos os sexos, 79,7% masculino e 20,3% feminino. Média de idade 36,2 anos.
5	RIBEIRO, 2018	Polícia Militar é lugar de mulher?	SciELO	Brasil / Português	Pesquisa de survey on-line, quantitativa.	3	Questões de gênero na PM e repercussão na vida de mulheres policiais	5.732 PMs de todo o Brasil, 87,7% masculino e 12,3% feminino.
6	BEZERRA; MINAYO;	Estresse ocupacional em mulheres policiais	LILACS	Estado do Rio de Janeiro	Estudo qualitativo utilizando grupo	4	Saúde / doença de mulheres PMs	42 mulheres PMs do Rio de Janeiro, sendo 17 oficiais e 25 praças.



	CONSTANTINO, 2013			Janeiro / Português	focal, entrevista, observação e análise temática.			
7	SCHACTAE, 2015	A ordem e a margem: comportamento disciplinar para Polícia Feminina no Paraná (1977-2000)	SciELO	Estado do Paraná / Português	Pesquisa qualitativa documental.	4	Questões de gênero na PM e repercussão na vida de mulheres policiais	Legislação que define as transgressões, Boletins Gerais da PM do Paraná (1977-2000), Regulamento Disciplinar do Exército e da Polícia Feminina de São Paulo.
8	LOPES; RIBEIRO; SOUZA, 2021	Policiamento e gênero: percepções entre policiais militares paranaenses	SciELO	Estado do Paraná / Português	Pesquisa Survey, transversal, quantitativa.	3	Dificuldades encontradas por mulheres policiais	600 PMs, de ambos os sexos, da PM do Paraná
9	GRISOSKI; SANTIAGO, 2021	Produção de subjetividade de mulheres policiais de um batalhão da polícia militar do Paraná	LILACS	Estado do Paraná / Português	Pesquisa qualitativa, utilizando entrevista semi-dirigida e análise do discurso.	4	Vivência de mulheres PMs	06 mulheres policiais da PM do Paraná.
10	GRIPP; ZALUAR, 2017	Police and gendered labor performances: hypermasculinity and policing as a masculine function	SciELO	Estado do Rio de Janeiro / Inglês	Estudo qualitativo etnográfico.	4	Questões de gênero na PM e repercussão na vida de mulheres policiais	Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) do Rio de Janeiro.
11	SOUZA, 2020	"Anjos anônimos, feitos de ternura": mulheres policiais em São Paulo durante a ditadura militar (1964-1985)	SciELO	São Paulo / Português	Estudo qualitativo documental.	4	Vivências de mulheres PMs	Registros jornalísticos, artigos, imagens e relatórios de serviço da atuação do efetivo feminino.

Fonte: Elaboração própria



O conteúdo dos artigos pôde ser agrupado em três categorias. A primeira delas trata das diferenças nas condições de saúde e autocuidado entre homens e mulheres policiais, sendo tema de três estudos (BARBOSA; SILVA, 2013; JESUS; MOTA; JESUS, 2014; LIMA; LIMA; OLIVEIRA; FERREIRA et al., 2018).

Lima; Lima; Oliveira; Ferreira *et al.* (2018), em estudo que visava identificar a Síndrome de *Burnout* (BO) em policiais militares e sua relação com a prática de exercício físico, evidenciou que as mulheres tinham mais BO que os homens, embora em menor gravidade, e praticavam mais exercício físico de forma regular (entre 2 e 5 vezes por semana), concluindo que a melhora psicológica proporcionada pela prática do exercício físico, apesar de não evitar o aparecimento de BO, pode cooperar para o seu não agravamento.

Jesus; Mota; Jesus (2014) buscaram estimar a prevalência e os fatores associados ao risco cardiovascular elevado (RCE) de PMs, por meio do indicador antropométrico de obesidade abdominal e circunferência abdominal (CC). Eles identificaram que a RCE era mais prevalente nos homens, sendo maior do que o dobro do percentual de mulheres com RCE. Além disso, mulheres exibiram menor inadequação da circunferência da cintura do que os homens, embora sem significância estatística. No entanto, eles concluíram que a maior prevalência de obesidade abdominal entre os homens estava associada à inatividade física, não ao gênero.

No terceiro estudo da categoria, Barbosa & Silva (2013) objetivaram identificar a prevalência de fatores de risco cardiovascular modificáveis e não modificáveis, estratificados por sexo, em PMs, sendo observado predomínio de homens etilistas, insuficientemente ativos, na faixa de sobrepeso e dislipidêmicos. Entre as mulheres, prevaleceram as inativas e frequentemente estressadas.

Os resultados dos estudos dessa categoria evidenciaram que as mulheres possuem melhores práticas de autocuidado com o corpo, quando comparadas aos homens, o que as leva a possuírem melhores condições de saúde física, apesar de serem mais afetadas na sua saúde mental. Tal fato pode ser uma tentativa das mulheres de fortalecer o seu “corpo frágil”, de modo a minimizar as diferenças físicas com relação aos homens.

A segunda categoria, composta por cinco artigos (GRIPP; ZALUAR, 2017; GRISOSKI; SANTIAGO, 2021; JESUS; JESUS, 2012; LOPES; RIBEIRO; SOUZA, 2021; SOUZA, 2020), diz respeito às



dificuldades enfrentadas decorrentes da divisão de papéis pautada no binarismo de gênero em uma sociedade patriarcal.

Os estudos de Souza (2020) e de Grisoski & Santiago (2021) abordaram a divisão sexual do trabalho baseada na questão de gênero, tendo em vista o papel social exercido por homens e mulheres. Souza (2020), ao desenvolver uma análise histórica das alterações observadas no papel feminino na PM de São Paulo durante os governos militares pós-golpe de 1964, observou que quando as mulheres, antes restritas ao desempenho de tarefas assistenciais, passaram a desempenhar atividades que eram exclusivas dos PMs masculinos, sua presença foi percebida como ameaçadora na corporação, fazendo com que a ampliação dos espaços possíveis ao público feminino não representassem o fim das restrições reservadas às mulheres na PM. Grisoski & Santiago (2021), ao problematizarem a produção de subjetividade de mulheres PMs a partir de suas experiências no cotidiano de trabalho, identificaram que as mulheres policiais têm seus cotidianos voltados à existência de um binarismo de gênero, posto que precisam se adequar à instituição masculinizada e, ao mesmo tempo, manter os comportamentos naturalizados como femininos.

Esses autores evidenciaram a permanência das mulheres no desempenho de funções assistenciais e de prevenção, contrapondo-se à predominância dos homens no serviço operacional de atendimento às ocorrências nas ruas, tarefas consideradas próprias da atividade policial. Tal fato sugere que as mulheres ocupam funções auxiliares às dos homens dentro da PM.

Gripp & Zaluar (2017) e Lopes; Ribeiro; Souza (2021) discorrem sobre a influência das diferenças físicas entre homens e mulheres na divisão de papéis dentro da PM. Os primeiros autores exploraram os desafios para o sucesso das iniciativas de policiamento comunitário colocadas pelas relações de gênero e seus resultados de distribuição desigual de poder, evidenciando que a inclusão de mulheres no policiamento comunitário foi uma tentativa de promover uma imagem dos policiais como fisicamente fortes e habilidosos, mas também como bons comunicadores, honrados, cooperativos e confiáveis, cuidando e protegendo os indivíduos. No entanto, os homens resistiam à integração das mulheres nas atividades operacionais a partir de uma definição do trabalho policial marcado pelo perigo, risco, força física, habilidades de autoridade e liderança, fazendo com que as mulheres permanecessem confinadas a tarefas de escritório ou ao trabalho de relações com a comunidade. Desse modo, as relações de trabalho baseadas em



entendimentos tradicionais dos papéis de gênero eram reforçadas, favorecendo a reprodução de formas violentas e punitivas de policiamento ostensivo ao passo que impediam o potencial das mulheres de prosperar como policiais.

Complementando essa questão, Lopes; Ribeiro; Souza (2021) buscaram contribuir para o entendimento da integração feminina na PM, suas representações e obstáculos. Eles identificaram que a participação das mulheres em atividades que envolvem cuidado e assistência está consolidada dentro da corporação e que os homens tendem a desaprovar a participação das mulheres em atividades operacionais arriscadas. Além disso, as mulheres aceitam a visão masculina do policiamento como uma atividade que depende de força física e coragem e procuram se afirmar como iguais dentro de um contexto social permeado por valores masculinos, reproduzindo visões tradicionais sobre as atividades policiais.

Jesus & Jesus (2012) identificaram barreiras à prática de atividade física entre PMs, predominando as de cunho pessoal, influenciadas pela falta de tempo, sendo os compromissos familiares e as tarefas domésticas as barreiras significativamente mais frequentes entre as mulheres. Desse modo, os autores evidenciam como a divisão de papéis pode impactar a saúde das mulheres pela sobrecarga da dupla jornada de trabalho, tendo em vista a cumprir o seu papel profissional sem deixar de exercer o seu papel de mulher socialmente determinado.

A terceira categoria trata, em dois artigos (RIBEIRO, 2018; SCHACTAE, 2015), da discriminação e violência de gênero na PM. O estudo de Ribeiro (2018), ao tentar compreender as interações de homens e mulheres dentro das Polícias Militares brasileiras pela utilização da categoria gênero, aborda a naturalização do assédio moral e sexual que ocorre dentro da corporação desde o momento da seleção, o que se constitui em verdadeira violência institucional, na medida em que a estrutura rígida baseada em hierarquia dificulta a punição dos assediadores, geralmente em posição superior à assediada. Evidencia, ainda, que a violência de gênero não é praticada apenas pelos homens contra as mulheres, mas também por outras mulheres, dentro da corporação. O artigo de Schactae (2015) enfatiza que a violência de gênero ocorre desde que a mulher foi inserida na PM, iniciando pela criação de uma legislação disciplinar para normatizar um padrão de comportamento feminino e estabelecer transgressões disciplinares específicas para mulheres policiais, reafirmando as diferenças de gênero



e o poder dos homens sobre as mulheres, já que, a elas, existia uma série de restrições de condutas diferenciadas daquelas impostas a eles.

O texto de Bezerra; Minayo; Constantino (2013) perpassa pelas três categorias, evidenciando que as diferenças físicas; a divisão sexual do trabalho, com inferiorização e sobrecarga da mulher; além da violência de gênero impactam na sua saúde mental, tornando essa população vulnerável ao sofrimento psíquico. Eles evidenciaram a forma como mulheres policiais compreendem e interpretam o estresse ocupacional e suas consequências no trabalho e na vida doméstica, que incluem desafios que perpassam por aspectos físicos - como exigência de força para carregar o armamento pesado; desconforto físico e condições adversas do trabalho na rua, principalmente no período menstrual; psíquicos - dificuldade de desligar-se dos problemas do serviço quando estão em casa; preocupação com a segurança da família; estresse pelo risco de morte ou de outros agravos; e sociais - problemas com a hierarquia; preconceito de gênero; falta de autonomia; falta de reconhecimento de estarem em posto de oficial por mérito próprio; assédio sexual, por estarem em patentes inferiores.

Essas três categorias serão discutidas de forma narrativa individualmente adiante.

Discussão

Tentando superar as diferenças físicas

A diferenciação entre os corpos de homens e mulheres constitui um dos pilares para a construção da desigualdade de gênero, ainda presente na atualidade. Até o século XVIII, existia a visão de que os corpos masculino e feminino eram versões hierárquicas de um único sexo que evoluía para uma forma superior até tornar-se um macho, enquanto aqueles que não conseguiam se desenvolver eram considerados inferiores, dando origem à fêmea. Com a criação da bissexualidade, no final do século XVIII, e a separação em dois sexos, o corpo feminino passou a ser associado a imperfeições e patologias, sendo proposta a partir de então uma “anatomia política”. Esse pressuposto, apoiado pelo essencialismo, naturalismo e biologismo predominantes à época, referendava a suposição de que as características biológicas femininas atribuíam às mulheres determinados papéis e comportamentos, cabendo à sociedade respeitar e promover sua adequação (FERNANDES, 2009).



A estrutura física é um dos critérios considerados na execução de diversas tarefas, principalmente nas atividades tidas como masculinas, como a atividade policial. Desse modo, a sobredeterminação militar e o fato de a polícia ser uma instituição predominantemente masculina fazem com que os homens sejam o modelo de qualificação do desempenho profissional. Presencia-se um conflito entre as novas exigências sociais de inclusão do feminino e a resistência em perder seus vínculos com a cultura do militarismo (CALAZANS, 2004).

Sendo assim, o esforço demandado na tentativa de superar as diferenças, principalmente referentes ao padrão físico, entre homens e mulheres tem se apresentado como um dos desafios enfrentados pelas mulheres policiais. Os artigos selecionados neste estudo evidenciaram que as policiais são mais cuidadosas com o corpo por meio da realização de atividades físicas e hábitos de vida saudáveis, o que as fazem atingir, por consequência, melhores padrões de saúde física quando comparado aos homens policiais. Tal fato pode se dar como uma tentativa de minimizar as diferenças com a tropa masculina, principalmente porque o corpo feminino tem sido constantemente citado como um impedidor ao alcance do bom desempenho profissional pelas policiais.

No entanto, algumas especificidades femininas não podem ser desconsideradas, o que representam desafios extras à igualdade de gênero dentro da corporação militar. Aspectos relacionados ao ciclo reprodutivo feminino, como período menstrual, gravidez e lactação, não podem nem devem ser ignorados, visto que causam alterações psicofisiológicas nas mulheres e demandam cuidados especiais. Nesse contexto, as mulheres vivem em um paradoxo estabelecido entre a luta pela igualdade e a necessidade de respeito às especificidades femininas. A visão das mulheres policiais encontra-se dividida entre o desejo de se afirmar como policial, executando trabalhos operacionais junto aos policiais homens, e a oportunidade de conciliar as particularidades femininas ao trabalho policial, para isso assumindo mais as posições de cuidado e relações públicas dentro da corporação (LOPES; RIBEIRO; SOUZA, 2021).

Não obstante a preocupação das policiais femininas com o corpo e o aspecto físico para fazer frente às demandas do ambiente de trabalho predominantemente masculino, estas são mais afetadas por depressão (SOUZA; BARROSO; RIBEIRO, 2022) e estresse (JESUS; MOTA; JESUS, 2014) que os homens policiais, o que pode ter como contribuinte a exposição a situações discriminatórias, além da dupla jornada de trabalho (BEZERRA; MINAYO; CONSTANTINO, 2013), a qual, muitas



vezes, se apresenta como barreira à prática de atividade física devido às demandas familiares e domésticas. Este último achado ilustra aspectos relacionados ao papel ainda predominante da mulher enquanto executora de tarefas domésticas e cuidadora do lar, reforçando o estereótipo consagrado da divisão sexual do trabalho (JESUS & JESUS, 2012).

Binarismo de gênero em uma sociedade patriarcal

O processo de constituição da sociedade capitalista atual é representado por uma sociedade economicamente dependente, classista, racista e patriarcal, marcada pela dominação-exploração dos homens sobre as mulheres (JULIÃO & DUTRA, 2020). A divisão sexual do trabalho criou uma relação assimétrica entre homens e mulheres, que reproduz as desigualdades de papéis e funções de cada um na sociedade (SOUSA & GUEDES, 2016).

A questão do gênero diz respeito aos papéis socialmente estabelecidos e hierarquizados assumidos por homens e mulheres, constituindo categorias culturalmente construídas e impostas aos seres humanos cujas desigualdades influenciam sobremaneira a rotina das mulheres que atuam na segurança pública (SCHNEIDER; SIGNORELLI; PEREIRA, 2017). Nesse sentido, a divisão sexual do trabalho destaca a hierarquia do trabalho masculino sobre o feminino e faz a distinção entre o que é trabalho de homem e o que é trabalho da mulher, de modo a naturalizar valores, comportamentos e a expectativa que se tem de cada sexo (JULIÃO & DUTRA, 2020).

Sendo assim, a ideia de complementaridade entre os sexos é estendida à de complementaridade de papéis, levando a uma divisão do trabalho profissional e doméstico entre homens e mulheres, e, dentro do trabalho profissional, a divisão entre tipos e modalidades de empregos que possibilitam a reprodução dos papéis sexuais (HIRATA & KERGOAT, 2007). Com base nisso, histórica e culturalmente, foi atribuída aos homens a produção material, o que lhe conferiu poder dentro da sociedade, enquanto às mulheres foi conferida a responsabilidade de cuidar da casa e da família (SOUSA & GUEDES, 2016).

As atividades ligadas ao cuidado limitaram o feminino ao espaço doméstico e, posteriormente, com as transformações da sociedade, marcaram desvantagens com relação aos homens nas esferas econômica e social (SOUSA & GUEDES, 2016), posto que a inserção feminina no mercado não eliminou totalmente sua responsabilidade com as tarefas



domésticas, nem representou a divisão daquelas atividades com os homens (HIGA, 2016). Ao contrário, a “conquista da igualdade” reforçou as desvantagens das mulheres, que passaram a compartilhar com os homens a provisão financeira e continuaram sendo as responsáveis pela esfera reprodutiva, resultando em uma sobrecarga decorrente da dupla jornada de trabalho (SOUSA & GUEDES, 2016).

Apesar de a oposição entre o masculino e o feminino vir sendo colocada em xeque pela maior presença de mulheres nas funções historicamente masculinas no mercado de trabalho e na vida pública, a essência da divisão social do trabalho não foi alterada, pois ainda há hierarquização do valor do trabalho masculino sobre o trabalho feminino (SOUSA & GUEDES, 2016). A exemplo disso, estão os espaços militares, cuja divisão de papéis, por muito tempo, conferiu aos homens as funções de maior responsabilidade, como as que envolvem decisões estratégicas, enquanto as mulheres desempenhavam atividades de relações públicas e trabalhos educativos com crianças (CAPPELLE & MELO, 2010).

Persiste, portanto, a divisão sexual do trabalho, segundo a qual, além de trabalhar fora, a mulher segue, muitas vezes, responsável pelo cuidado dos filhos, da casa, do marido e tudo mais que remete ao âmbito privado e doméstico, permanecendo a hierarquização de gênero influenciada pela divisão sociossexual do trabalho também na organização familiar (CAPPELLE & MELO, 2010; NOGUEIRA, 2006).

A área de segurança pública tem como princípios norteadores a hierarquia e a disciplina, constituindo um processo de dominação simbólica caracterizado pelos atributos de dominação e subordinação representados pelo poder de alguns indivíduos sobre os demais (SCHNEIDER; SIGNORELLI; PEREIRA, 2017). Alguns policiais homens apresentam dificuldade, mesmo de forma velada, de aceitação da presença das mulheres no meio policial, principalmente quando ocorre inversão da hierarquia social, nos casos em que as mulheres estão em patentes superiores a eles (CAPPELLE & MELO, 2010). Dentro dessa lógica, romper o modelo hierarquizado baseado no sexo tem se apresentado como um desafio às mulheres nos espaços militares.

Discriminação e violência de gênero na PM

A violência de gênero é motivada por expressões de desigualdades baseadas na condição de sexo, sendo marcada pelas dissimetrias de poder que, no geral, ocorrem entre homens e mulheres com algum vínculo (BANDEIRA, 2014). Ela começa no universo familiar, onde as relações de gênero se constituem no protótipo de relações hierárquicas



(BANDEIRA, 2014), sendo a instauração do medo e a inibição do outro meios pelos quais se consegue fazer respeitar os preceitos hierárquicos (CALAZANS, 2004).

O domínio do masculino sobre o feminino existente na vida civil é reproduzido no meio militar. Ocorre desde a inserção da mulher na corporação, quando foi criada uma legislação disciplinar específica para normatizar suas condutas e transgressões disciplinares. Tal legislação representava o domínio da corporação sobre as atividades das mulheres policiais, instituindo uma rede de vigilância e controle sobre a aparência física, comportamento, relações sociais, matrimoniais e sexualidade das PMs, dentro e fora do trabalho (SCHACTAE, 2015), já que o controle sobre a mulher constitui uma forma de reafirmar a honra e o poder masculinos.

A violência de gênero pode surgir como resposta à tentativa de ruptura do binarismo de gênero. A configuração das mulheres no mercado de trabalho demonstra que, muitas vezes, elas não são totalmente aceitas no ambiente laboral, visto que a independência econômica obtida pelo exercício de uma atividade produtiva desestrutura seu estado de sujeição aos homens. Além disso, as mulheres têm invadido um setor que antes era exclusivo ao grupo masculino, tendo, também, competido por posições de maior destaque, o que favorece a configuração de ambientes de trabalho hostis e ofensivos, nos quais ocorre a rejeição à presença feminina (HIGA, 2016).

As ações violentas relacionadas ao gênero são produzidas em contextos e espaços relacionais com cenários sociais não uniformes, incidindo sobre a mulher sob várias formas, tanto no âmbito privado-familiar como nos espaços de trabalho e públicos (BANDEIRA, 2014). As violências verbal, psicológica e moral, manifestadas por atitudes de humilhações e desrespeito, são as mais frequentes e veladas, sendo, por vezes, não concebidas como manifestação de violência pelas vítimas ou pelos agressores (CRUZ; ESPÍNDULA; TRINDADE, 2017).

As violências moral e sexual relacionadas ao gênero entre policiais militares foram encontradas em estudo de Cappelle & Mello (2010). Nele, foi identificado que mulheres constantemente eram alvo de piadas que desqualificavam o seu trabalho; algumas sofreram punições por não cederem ao assédio de seus superiores e eram estereotipadas como prostitutas quando possuíam amizade com colegas homens.

Desse modo, o ambiente de trabalho tem sido apontado como o principal *locus* da violência psicológica de gênero, tendo sido observada não apenas nas profissões consideradas masculinizadas, mas também



naquelas predominantemente femininas, sendo cometida, majoritariamente, por colegas de trabalho e chefias (OLIVEIRA & D'OLIVEIRA, 2008). A inserção da mulher no mercado perturbou as relações de poder entre os sexos e implicou a transgressão de paradigmas culturais que davam somente ao homem o direito de participar das relações sociopolíticas. A ameaça à soberania masculina leva à repulsa dos homens à companhia feminina no ambiente de trabalho, manifestada por meio da criação de uma atmosfera de hostilidade e intimidação, culminando com o assédio sexual (HIGA, 2016).

Sendo assim, a socialização baseada na cultura machista constitui uma das motivações para a violência de gênero (CRUZ; ESPÍNDULA; TRINDADE, 2017). É nesse contexto que algumas formas de violência na sociedade são consensuadas e, por isso, toleradas, como aquelas relacionadas a brigas domésticas e conjugais (ESCORSIM, 2014), evidenciando que ainda não há ruptura significativa das antigas estruturas que ordenam e regem as hierarquias e os papéis femininos e masculinos na esfera familiar, fazendo com que as disputas simbólicas e materiais que ocorrem no interior dos espaços domésticos sejam projetadas para os espaços institucionais (BANDEIRA, 2014).

Práticas discriminatórias relacionadas ao gênero são reproduzidas em organizações militares. As mulheres são discriminadas por não estarem ocupando funções tradicionalmente atribuídas ao sexo feminino ou por não serem esteticamente proporcionais, sendo o critério de beleza física utilizado para alocação das policiais em funções mais próximas ao comando geral (CAPPELLE & MELO, 2010). Cappelle & Melo (2010) também identificaram a estereotipagem da mulher como protegida pela corporação quando trabalham somente em cargos administrativos e relacionados à chefia, e sendo estereotipadas como homossexuais quando trabalham nas ruas, evidenciando que a discriminação ocorre onde quer que ela esteja atuando.

Dessa forma, as relações de gênero historicamente desiguais permanecem colocando a mulher em posições subalternas ou as fazem silenciar à violência de que são vítimas, mesmo no ambiente de trabalho da PM.



Considerações finais

Os estudos demonstram que ainda há muito a percorrer na seara da igualdade entre os gêneros na PM. As dificuldades observadas a partir das diferenças físicas, do binarismo de gênero, e da discriminação e violência de gênero refletem como a sociedade vem lidando com as conquistas das mulheres, sobretudo na ocupação de espaços antes ocupados apenas por homens.

Percebe-se que ainda é incipiente a literatura a respeito dos desafios enfrentados por mulheres PMs relacionados a questões de gênero, apesar de a falta de busca incansável em outras fontes e da exploração da literatura cinzenta se apresentarem como limitações deste estudo. Entretanto, o objetivo não foi esgotar a temática, mas sim permitir a reflexão sobre como questões de gênero no ambiente de trabalho podem influenciar negativamente a vida de mulheres PMs, podendo comprometer sua qualidade de vida em diversos âmbitos.

Os múltiplos papéis sociais femininos, nas esferas doméstica e profissional, podem coexistir com êxito, cabendo às polícias militares o dever de acolher com justiça e equidade o efetivo policial feminino, com suas singularidades e potencialidades. Só assim, o ambiente de trabalho, ao invés de se apresentar insalubre e hostil, contribuirá para elevar a qualidade de vida das mulheres PMs, refletindo no desempenho do seu trabalho na segurança pública.

Referências

ÂNIMA. Manual Revisão Bibliográfica Sistemática Integrativa: a pesquisa baseada em evidências. Belo Horizonte: Grupo Ânima Educação, 2014. 63 p. Disponível em: http://biblioteca.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2019/06/manual_revisao_bibliografica-sistematica-. Acesso em: 15 fev. 2022.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *Sociedade e Estado*, [S.L.], v. 29, n. 2, p. 449-469, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/QDj3qKFJdHLjPXmvFZGsrLq/>. Acesso em: 27 dez. 2022.



BARBOSA, Robson Ourives; SILVA, Eveline Fronza da. Prevalência de fatores de risco cardiovascular em policiais militares. *Rev. Bras. Cardiol. (Impr.)*, [s. l], v. 26, n. 1, p. 45-53, 2013.

BEZERRA, Claudia de Magalhães; MINAYO, Maria Cecília de Souza; CONSTANTINO, Patrícia. Estresse ocupacional em mulheres policiais. *Ciência & Saúde Coletiva*, [s. l], v. 18, n. 3, p. 657-666, 2013. Disponível em:

<https://www.scielo.org/article/csc/2013.v18n3/657-666/#ModalArticles>. Acesso em: 03 mar. 2022.

BOTELHO, Louise Lira Roedel; CUNHA, Cristiano Castro de Almeida; MACEDO, Marcelo. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. *Gestão e Sociedade*, [S.L.], v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/291048347_O_metodo_da_revisao_integrativa_nos_estudos_organ. Acesso em: 26 dez. 2022.

BRUN, C. N.; ZUGE, S. S.. Revisão sistemática da literatura: desenvolvimento e contribuição para uma prática baseada em evidências na enfermagem. In: LACERDA, M. R.; COSTERNARO, R. G. *Metodologias da pesquisa para a enfermagem e saúde*. Porto Alegre: Moriá, 2015. p. 77-98.

CALAZANS, Márcia Esteves de. Mulheres no policiamento ostensivo e a perspectiva de uma segurança cidadã. *São Paulo em Perspectiva*, [S.L.], v. 18, n. 1, p. 142-150, mar. 2004. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-88392004000100017>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/NYCNt3yvSTqTwMsVwNPRRbD/>. Acesso em: 03 mar. 2022.

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes. Mulheres policiais, relações de poder e de gênero na polícia militar de Minas Gerais. *Ram. Revista de Administração Mackenzie*, [S.L.], v. 11, n. 3, p. 71-99, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ram/a/G7pHhNgxmWrKfzbHbzJY7kc/>>. Acesso em: 28 dez. 2022.

COSTA, Arthur Trindade M.; MATTOS, Márcio Júlio S.; SANTOS, Layla Maria dos. Os Novos Padrões de Seleção na Polícia Militar do Distrito



Federal. Desigualdade & Diversidade – Revista de Ciências Sociais da Puc-Rio, [s. l], v. 11, p. 115-132, 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/311707143_Os_Novos_Padrões_de_Seleção_na_Polícia_Militar_do_Distrito_Federal. Acesso em: 05 mar. 2022.

CRUZ, Suzyelaine Tamarindo Marques da; ESPÍNDULA, Daniel Henrique Pereira; TRINDADE, Zeidi Araújo. Violência de Gênero e seus Autores: representações dos profissionais de saúde. Psico-USF, [S.L.], v. 22, n. 3, p. 555-567, 2017. Disponível em: <https://www.mendeley.com/catalogue/352c21c2-f1ae-3874-9f74-d812c46d4907/>. Acesso em: 29 dez. 2022.

DANIEL, Camila. Trabalho e a questão de gênero: a participação de mulheres na dinâmica do trabalho. O Social em Questão, [s. l], v. , n. 25/26, p. 323-344, 2011. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/17_OSQ_25_26_Daniel.pdf. Acesso em: 04 fev. 2022.

ESCORSIM, Silvana Maria. Violência de gênero e saúde coletiva: um debate necessário. Revista Katálysis, [S.L.], v. 17, n. 2, p. 235-241, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/FZWbJsKcy7VPTvZby6p7fZz/>. Acesso em: 29 dez. 2022.

FERNANDES, Maria das Graças Melo. O corpo e a construção das desigualdades de gênero pela ciência. Physis: Revista de Saúde Coletiva, [S.L.], v. 19, n. 4, p. 1051-1065, 2009. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-73312009000400008>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/XWVyvMwKjphVxxh3HT9crmf/>. Acesso em: 30 dez. 2022.

GALVÃO, Taís Freire; PANSANI, Thais de Souza Andrade; HARRAD, David. Principais itens para relatar Revisões sistemáticas e Meta-análises: a recomendação prisma. Epidemiologia e Serviços de Saúde, [S.L.], v. 24, n. 2, p. 335-342, 2015. Tradução. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/TL99XM6YPx3Z4rxn5WmCNCf/?lang=pt>. Acesso em: 12 fev. 2022.



GRIPP, Camila A.; ZALUAR, Alba M.. POLICE AND GENDERED LABOR PERFORMANCES: hypermasculinity and policing as a masculine function. *Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology*, [S.L.], v. 14, n. 2, p. 1-19, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vb/a/Y5st6gdhtB6tHX9wcNcgdfC/?format=html>. Acesso em: 10 fev. 2022.

GRISOSKI, Daniela Cecília; SANTIAGO, Eneida. Produção de subjetividade de mulheres policiais de um batalhão da polícia militar do Paraná / Production of subjectivity of police women from a battle of the military police of Paraná. *Revista de Psicologia*, [S.L.], v. 12, n. 1, p. 99-111, 2020. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/43562>. Acesso em: 13 fev. 2022.

HIGA, Flávio da Costa. Assédio sexual no trabalho e discriminação de gênero: duas faces da mesma moeda?. *Revista Direito Gv*, [S.L.], v. 12, n. 2, p. 484-515, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdgv/a/8GDj4ypKNzxVVpqJKLrzFjP/>. Acesso em: 30 dez. 2022.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquis*, 2007, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/memoriasdotrabalho/wp-content/uploads/2019/01/Hirata.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2023.

JESUS, Gilmar Mercês de; JESUS, Éric Fernando Almeida de. Nível de atividade física e barreiras percebidas para a prática de atividades físicas entre policiais militares. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, [S.L.], v. 34, n. 2, p. 433-448, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbce/a/TJPG6vK6VfNQdCVkSgFmmtK/>. Acesso em: 13 fev. 2022.

JESUS, Gilmar Mercês de; MOTA, Nayara Melo; JESUS, Éric Fernando Almeida de. Risco cardiovascular em policiais militares de uma cidade de grande porte do Nordeste do Brasil. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, [S.L.], v. 36, n. 3, p. 692-699, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbce/a/6GSkGLHgMcdyPndjqbPWTvN/>. Acesso em: 13 fev. 2022.



JULIÃO, Helena Vicentini; DUTRA, Nayara Hakime. Divisão sexual do trabalho: para além do gênero e do patriarcado. *Temporalis*, [s. l], v. 20, n. 40, p. 201-214, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/31523>. Acesso em: 02 jan. 2023.

LIMA, Francisco Ricardo Bezerra de et al. Identificação preliminar da Síndrome de Burnout em policiais militares. *Motricidade*, [s. l], v. 14, n. 1, p. 150-156, 2018. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/dccf16be2e1add96dba7b0773b314a75/1?pq-origsite=gscholar&cbl=616555>. Acesso em: 15 fev. 2022.

LOPES, Cleber da Silva; RIBEIRO, Ednaldo Aparecido; SOUZA, Marcos Aparecido de. Policiamento e gênero: percepções entre policiais militares paranaenses. *Opinião Pública*, [S.L.], v. 27, n. 1, p. 298-322, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/FzWCjX8YjFN4w65MgxPqnnQ/>. Acesso em: 15 fev. 2022.

NOGUEIRA, C. M. O trabalho feminino e as desigualdades no mundo produtivo do Brasil. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita. *Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006. Cap. 4, p. 207.

OLIVEIRA, Ane R; D'OLIVEIRA, Ana Flávia P L. Violência de gênero contra trabalhadoras de enfermagem em hospital geral de São Paulo (SP). *Revista de Saúde Pública*, [S.L.], v. 42, n. 5, p. 868-876, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/5v8hwwhKJyvkPXXKWnm36Ch/>. Acesso em: 30 dez. 2022.

RIBEIRO, Ludmila. Polícia Militar é lugar de mulher? *Revista Estudos Feministas*, [S.L.], v. 26, n. 1, p. 1-15, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/6339NZCVs47ykZjrkv6vPSJ/>. Acesso em: 18 fev. 2022.

SANTOS, José Vicente Tavares dos; FACHINETTO, Rochele Fellini; TEIXEIRA, Alex Niche; RUDNICKI, Dani. Configurações e obstáculos: as mulheres na segurança pública. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, [S.L.], v. 6, n. 2, p. 312-335, 2012. Disponível em:



<https://www.revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/123>. Acesso em: 03 fev. 2022.

SCHACTAE, Andréa Mazurok. A ordem e a margem: comportamento disciplinar para polícia feminina no paraná (1977-2000). *Tempo*, [S.L.], v. 21, n. 37, p. 1-21, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/x3QPPLVnWZ7JZGtrmKmHCjc/>. Acesso em: 05 fev. 2022.

SCHACTAE, Andréa Mazurok. “A gloriosa Polícia Militar do Paraná”: masculinidade e identidade institucional (século xx). *Opsis*, [S.L.], v. 13, n. 2, p. 36-57, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/272854832_A_gloriosa_Policia_Militar_do_Parana_Masculinidade_e_identidade_institucional_seculo_XX. Acesso em: 03 fev. 2022.

SCHNEIDER, Daniele; SIGNORELLI, Marcos Claudio; PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Mulheres da segurança pública do litoral do Paraná, Brasil: intersecções entre gênero, trabalho, violência(s) e saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, [S.L.], v. 22, n. 9, p. 3003-3011, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/mF4fWZ67QkpNfdM757BjQhS/?format=pdf>. Acesso em: 08 fev. 2022.

SOUSA, Luana Passos de; GUEDES, Dyeggo Rocha. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. *Estudos Avançados*, [S.L.], v. 30, n. 87, p. 123-139, ago. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142016.30870008>. Disponível em: <https://www.periodicos.usp.br/eav/article/view/119119>. Acesso em: 28 abr. 2022.

SOUSA, Raphaela Campos de; BARROSO, Sabrina Martins; RIBEIRO, Ariadne Christie Silva. Aspectos de saúde mental investigados em policiais: uma revisão integrativa. *Saúde e Sociedade*, [S.L.], v. 31, n. 2, p. 1-14, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/sausoc/2022.v31n2/e201008pt/>. Acesso em: 02 jan. 2023.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Integrative review: what is it? how to do it? *Einstein* (São Paulo), [S.L.], v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010. Disponível em:



<https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/?lang=en>
. Acesso em: 06 fev. 2022.

SOUZA, Marcos Santana de. “Anjos anônimos, feitos de ternura”: mulheres policiais em são paulo durante a ditadura militar (1964-1985). *Revista de História*, São Paulo, n. 179, p. 1-36, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/153677/161256>. Acesso em: 02 abr. 2022.

UFSCAR. StArt (State of the Art through Systematic Review). 2022. São Carlos/SP. Disponível em: <https://www.inovacao.ufscar.br/pt-br/news/patentes/1202-start-state-of-the-art-through-systematic-review>. Acesso em: 15 fev. 2022.



Gender issues and challenges faced by women military police: an integrative literature review

ABSTRACT:

The objective of the study was to identify the challenges faced by women military police, based on the issue of gender, through an integrative literature review. Structured in the PRISMA recommendations, it followed the seven steps of the Bibliographic Review using the State of the Art through Systematic Review (StArt) tool. The search was carried out in five databases, with the sample comprising eleven studies. The main findings were analyzed qualitatively, being grouped into thematic categories. Among the challenges faced by female military police officers are the attempt to overcome physical differences; the gender binary present in a patriarchal society; and gender discrimination and violence within the corporation. Studies show that there is still a long way to go in terms of gender equality in the Military Police. The difficulties observed reflect how society deals with the women's achievements, especially in the occupation of spaces previously occupied only by men.

KEYWORDS: Gender Binarism. Gender-Based Violence. Gender Equity. Police. Military Personnel.

Marizangela Lissandra de OLIVEIRA

Graduada em Odontologia pela Universidade Federal do Ceará (2002). Mestre em Saúde da Família pela Universidade Estadual do Ceará (2016). Doutoranda em Saúde Pública pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Cirurgiã-Dentista da Estratégia Saúde da Família em Quixeré-Ceará. Experiência na área de Saúde Coletiva, com ênfase em Saúde Pública.

<https://orcid.org/0000-0003-2397-0221>

Renata Adele de Lima NUNES

Graduada em Medicina pela Universidade Federal do Ceará (2002). Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade de Fortaleza. Especialista em Medicina de Família e Comunidade. Médica



perito-legista da Perícia Forense do Ceará (PEFOCE). Tem experiência na área de Medicina, com ênfase em Medicina Legal e Saúde da Família e Comunidade.

<https://orcid.org/0000-0002-2031-167X>

Francisco Thiago Carneiro SENA

Graduado em Psicologia pela Universidade de Fortaleza (2012) e em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual do Ceará (2021).

Mestre em Saúde Pública pela Universidade Federal do Ceará. Atualmente é professor da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará e Sgt - Polícia Militar do Ceará.

<https://orcid.org/0000-0002-7571-7677>

Ivanise Freitas da SILVA

Enfermeira – UNIVS. Mestre em Transplante de Órgãos – UECE. Doutouranda em Saúde Pública – UFC. Especialista em Gestão em Saúde de Residências - Sírrio Libanês, Saúde da Família – UV, Enfermagem do Trabalho – FATAP. Expertise em Gestão da Qualidade.

<https://orcid.org/0000-0001-8129-6891>

Raimunda Hermelinda Maia MACENA

Graduada em Enfermagem pela Universidade Estadual do Ceará (1995). Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade de Fortaleza (2001). Doutora em Ciências Médicas pela Universidade Federal do Ceará (2009). Professor associado IV da Universidade Federal do Ceará. Tem experiência na área de Saúde Coletiva, com ênfase em Saúde Pública.

<https://orcid.org/0000-0002-3320-8380>

Recebido em: 31/05/2024

Aprovado em: 17/03/2025